

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ
CONTROLADORIA INTERNA

PARECER DO CONTROLE INTERNO

INTERESSADO: SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 29.08.2025.004PMCP

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90017/2025

OBJETO: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE FORNECEDOR PARA REFEIÇÕES DOS TIPOS: A LA CARTE, MARMITEX, COFEE BREAK E CAFÉ DA MANHÃ, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA E SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CONCÓRDIA DO PARÁ.

I - RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de análise do procedimento de contratação em epígrafe, deflagrado pela Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará, cujo objeto consta no preâmbulo deste documento, a fim de testar a sua conformidade e regularidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, e demais legislações pertinentes.

É o relatório do necessário.

II - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

O sistema de Controle Interno dos municípios é de extrema importância para garanti a transparência e a efetividade na gestão pública. As unidades de Controle Interno têm um papel fundamental na orientação dos gestores municipais, na análise das prestações de contas e na verificação da conformidade dos atos praticados com as normas legais e regulamentares.

O cumprimento das normativas e legislações vigentes é essencial para o bom funcionamento do Sistema de Controle Interno e para a prevenção de possíveis irregularidades. Assim, a implantação de mecanismos de Controle Interno assegura que sejam garantidos, entre outros objetivos, a Administração Pública de dotar, dentre outros aspectos, os cumprimentos legais, a veracidade das informações divulgadas, a proteção do erário, a otimização da utilização dos recursos, a prevenção e detecção de irregularidades, a omissões e desvios de recursos públicos, garantindo também a segurança jurídica das ações dos gestores, gerando os melhores resultados para a sociedade.

O Controle Interno da Administração Pública pode ser definido como um “conjunto de atividades de acompanhamento, orientação e avaliação, integrantes da estrutura do órgão ou entidade, que visa a verificar a conformidade da gestão administrativa com as disposições legais e regulamentares, e com os princípios da boa gestão” (MEIRELLES, 2015, P. 546).

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ
CONTROLADORIA INTERNA

Dessa forma, os Controles Internos da Administração Pública têm como finalidade garantir que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente, eficaz e efetiva, além de promover a transparência e a *accountability* na gestão pública. Segundo oliveira (2019), os controles internos públicos são responsáveis por verificar se os recursos públicos estão sendo utilizados de acordo com a lei e normas aplicáveis, identificar possíveis desvios e fraudes e propor melhorias na gestão pública.

Isto posto, o Controle Interno encontra fundamento e competências nos **arts. 31 e 74, da Constituição Federal/88**; no **art. 59, da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)**; na **Lei nº 4.320/64 (Lei que estabelece Normas Gerais de Direito Financeiro)**; **Lei Complementar 109/2016 (Lei Orgânica do TCM/PA)**; na **Resolução nº 7.739/2005/TCM/PA**; na **Portaria nº 1.340/2007**; na **Resolução 11.410/2014/TCM/PA**, bem como no que dispõe o **Art. 169, da Lei Federal nº 14.133/2021**, e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão, visando orientar as ações do Administrador Público.

Pelo que passa a análise do processo.

III – DA ANÁLISE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Veio para a apreciação desta Controladoria Interna o Processo Administrativo nº 31.01.2025.005/PMCP, que deu origem ao **Processo de Contratação nº 90017/2025**, que trata do REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE FORNECEDOR PARA REFEIÇÕES DOS TIPOS: A LA CARTE, MARMITEX, COFEE BREAK E CAFÉ DA MANHÃ, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA E SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CONCÓRDIA DO PARÁ, que se sagrou vencedora a empresa:

1 - DISTRIBUIDORA MACEDO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 54.611.620/0001-96 – VALOR ADJUDICADO: R\$ 411.030,00 (Quatrocentos e onze mil e trinta reais).

Após a análise do Processo Licitatório retromencionado, esta Controladoria Interna, no uso de suas atribuições, passa a opinar.

IV – DA MODALIDADE LICITATÓRIA ADOTADA

A presente contratação se deu por Pregão Eletrônico, conforme art. 28, com a utilização do procedimento auxiliar Sistema de Registro de Preços, na forma do art. 78, da Lei da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 28. São modalidades de licitação:

I - pregão:

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ
CONTROLADORIA INTERNA

Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei:

(...)

IV - sistema de registro de preços:

Assim, o procedimento foi feito de acordo com a modalidade prevista na legislação.

V - DA ANÁLISE PROCEDIENTAL

O exame dos atos realizados na referida Contratação demonstrou o que se segue:

1. Consta nos autos o Documento de Formalização de Demanda (DFD); O Estudo Técnico Preliminar (ETP); a Análise de Riscos da Contratação, bem como o Termo de Referência;
2. Consta nos autos a Portaria de Designação do Agente de Contratação e a devida Autuação do Processo;
3. Consta nos autos a Estimativa de Despesa e a respectiva Dotação Orçamentária;
4. Consta nos autos o Parecer Jurídico opinando pelo prosseguimento do certame;
5. Consta a comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
6. As exigências de publicidade foram obedecidas;

Assim, encontram-se presentes os requisitos necessários a instrução do procedimento de Contratação estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

VI - DO JULGAMENTO:

No que tange ao julgamento, os artefatos acostados aos autos demonstram que não houve recurso, o que foi considerado que nenhuma anormalidade foi observada.

O preço está condizente com os praticados no mercado e abaixo do orçamento estimado.

O licitante apresentou proposta e documentos de habilitação devidamente válidos e regulares, de acordo com as exigências editalícias.

Portanto, cumpridos todos os requisitos formais e procedimentais, o processo de contratação na Modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços está apto a produzir seus efeitos junto a esta Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará.

VII - CONCLUSÃO

Ante todo exposto, esta Controladoria Interna, em suas considerações, e, após análise da íntegra do **Processo de Contratação na forma de Pregão Eletrônico para**

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ
CONTROLADORIA INTERNA

Registro de Preços Nº 90017/2025, conclui, que, com base no regramento legal exposto alhures, e demais instrumentos correlatos, este processo encontra-se revestido de todas as formalidades legais previstas na legislação, estando apto a gerar despesas para a Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará.

Concórdia do Pará, 13 de novembro de 2025.

EZEQUIEL DO CARMO PERDIGÃO
Controlador Interno – PMCP
Portaria 253/2022